Opinião Socialista

PSTU

Ano XIII - Edição 366 - Colaboração: R$ 2 - De 12 a 18/02/2009 - www.pstu.org.br

A ARMADILHA DOS "ACORDOS"

Patrões, CUT e Força impõem nas empresas redução de direitos e salários

Emprego só se garante com luta!

Demissões

AVANÇA A UNIDADE DOS SETORES COMBATIVOS

Página 8

OPERÁRIOS VENEZUELANOS SÃO ASSASSINADOS EM REPRESSÃO POLICIAL

Página 10

CHAPA DA CONLUTAS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS COMBATE RETIRADA DE DIREITOS

Página 12

DESEMPREGO – Em um terço dos lares da cidade de São Paulo, ao menos um trabalhador perdeu o emprego nos últimos seis meses, segundo pesquisa Datafolha.

PÁGINA DOIS

AJUDA – O presidente da França, Nicolas Sarkozy, anunciou que vai enviar US$ 8,5 bilhões às montadores Peugeot-Citroën, Renault e Renault Trucks.

PERSEGUIÇÃO

O governo italiano está endurecendo com os imigrantes. Os senadores poderão votar a qualquer momento um pacote de medidas anti-imigração, conhecido como Decreto Lei de Segurança. A legislação prevê multas de 5 a 10 mil euros, como pena para o imigrante ilegal, além da proibição do registro de matrimônio e nascimento para os "sem papéis" – como são conhecidos os imigrantes ilegais no país. Já para os considerados legais, o decreto prevê o pagamento de 125 euros por ano para a permissão de moradia e a obrigação de adquirir uma moradia considerada "digna".

PÉROLA

Para acabar com o estupro teríamos de ter tantos policiais quantas meninas bonitas

SILVIO BERLUSCONI, premiê italiano, em mais uma de suas nojentas tiradas machistas. (*Revista Veja - 04/02/09*)

DESEMPREGO NA CHINA

Cerca de 20 milhões de trabalhadores chineses ficaram desempregados devido aos primeiros sinais da crise econômica no país. O número é assustador e duplica os dados de uma estatística recentemente divulgada, mas poderá até ser superior. Agora, estes migrantes chineses são obrigados a retornar para suas aldeias. Mas o país também está sendo castigado por uma severa seca. Um total de 9,53 milhões de hectares de trigo nas províncias do norte da China como Shandong, Shanxi e Henan sofrem com a falta de chuva nos últimos três meses.

A SOLUÇÃO É ALUGAR O BRASIL?

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), encaminhou projeto de lei à Assembléia Legislativa instituindo pedágios urbanos no estado. Eles funcionariam em algumas cidades e nas vias de acesso às regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista. A desculpa do governo é que a medida reduziria a poluição. Coincidência ou não, a medida ocorre no exato momento em que a tarifa do Metrô na capital sobe de preço, de R$ 2,40 para R$ 2,55.

CRIMINALIZAÇÃO

O grupo Católicas pelo Direito de Decidir denuncia o processo de criminalização ao qual vem sendo submetido. Uma denúncia anônima acusa o grupo de apologia ao aborto e facilitação do crime. Por conta disso, a organização foi obrigada a prestar esclarecimentos à Promotoria de Justiça de São Paulo. A acusação se soma ao processo de perseguição às mulheres no país, como a recente CPI do Aborto e o indiciamento de mais de mil mulheres em Mato Grosso do Sul, acusadas de terem praticado aborto.

OVERBOOKING

Depois de ganhar a disputa pela presidência do Senado, José Sarney (PMDB-AP) terá que resolver a disputa pelos cargos da Mesa e pelas comissões. Para vencer as eleições, o PMDB vendeu mercadoria que não poderá entregar, causando um "overbooking" no loteamento dos cargos. Para conquistar o apoio do PR, por exemplo, os senadores do PMDB prometeram até o que não tinham: ofereceram a 4ª secretaria da Mesa. Ao mesmo tempo, ofertaram o mesmo cargo para o PDT. É o mesmo que acontece nos aeroportos, quando as empresas, prevendo desistências, vendem mais lugares no vôo do que há no avião. Só que aqui ninguém quer desistir da boquinha.

José Sarney (PMDB) e Michel Temer (PMDB)

Gostaria de dar os parabéns a este verdadeiro jornal socialista que, diante desta crise de proporções mundiais que o capitalismo nos impõe mais uma vez, se mostra a única fonte de verdadeira informação e alternativa socialista. Me aborrece saber que infelizmente a classe trabalhadora ainda acata e segue o que é imposto pela imprensa burguesa, que tenta nos empurrar a falsa esperança que o Sr. Barack Obama governará em prol das minorias e em favor dos trabalhadores dos EUA.
Paulo Rogério Dutra (São Bernardo do Campo-SP)

"Leio o Opinião, gosto dos artigos publicados, das matérias nacionais e internacionais, também das de crise mundial. Gostaria que o jornal tivesse um correspondente em cada estado, para abranger matérias regionais. Sou o responsável pela distribuição do jornal na base, que corresponde a 20 jornais por cada número vendido".
Galeno Amaral (Belém -PA)

Parabéns pela cobertura do Opinião sobre a crise mundial. A obtenção de informações confiáveis e uma interpretação marxista dos acontecimentos são as maiores contribuições do jornal. (...) Considero o Opinião como o melhor jornal da esquerda hoje. Contudo, há pelo menos dois desafios a serem vencidos. Um deles é tornar o conteúdo acessível aos trabalhadores de todos os níveis educacionais e culturais. Outro é tornar o OS o jornal dos operários e trabalhadores da cidade.
Olegário da Costa (Florianópolis-SC)

WWW.PSTU.ORG.BR

VEJA ESTA SEMANA NO SITE:

Atos contra demissões e retirada de direitos vão agitar fevereiro

- Trabalhadores reagem à crise: acompanhe a cobertura dos protestos
- No Rio, dia 11, o protesto será na sede da Vale
- Em São Paulo e Minas, trabalhadores vão cobrar dos patrões na Fiesp e na Fiemg no dia 12

NÃO FOI AO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL?

Cobertura do evento e da participação do PSTU e da Conlutas, direto de Belém, no Especial FSM 2009, artigos e galeria de fotos.

Leia também:

- **INTERNACIONAL:** - Polêmica: Dize-me o que fazer com o Estado sionista que te direi quem és;
- Venezuela: Envie e-mails contra os assassinatos
- **JUVENTUDE:** - Estudantes enfrentam polícia e prefeitura contra aumento de tarifas em Porto Alegre
- **CONTRA AS OPRESSÕES:** - Autoridades mostram descaso com assassinato de gays em São Paulo
- **TEORIA:** - Antitrotskismo: manual do usuário
- **CULTURA:** - Persépolis: autobiografia de uma lutadora no Irã

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues e Victor Pontes **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5776 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
BENFICA -Rua Juvenal Galeno, 710, 60015-340.
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco, 80, sala 301 Centro - juizdefora@pstu.org.br
UBERABA *uberaba@pstu.org.br*
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utinga - (91) 3276-4432

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Cândido de Leão, 45 sala 204 - Centro (próximo a Praça Tiradentes)
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748 Zona 07 - (44) 3028-6016

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Monte Castelo, 195 Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CENTRO Rua Vigário Bartolomeu, nº 281-B

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme, sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432 (54) 9993-7180
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105, Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166 *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3201-5672 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de setembro, 667 - Vila Martinho *edcosta16@itelefonica.com.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 733 - Centro (11) 6441-0253 *guarulhos@pstu.org.br*
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Elíseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186* *saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

EDITORIAL

AS APARÊNCIAS QUE ENGANAM

Os trabalhadores estão entrando nessa crise econômica com uma venda nos olhos. Acreditam que Lula é um aliado que pode evitar que a crise prejudique os trabalhadores. A última pesquisa divulgada indica que a popularidade do governo nunca foi tão grande, mesmo depois do início da crise.

Os trabalhadores não acreditavam que a crise chegaria ao Brasil. Agora já sabem, pela amplitude das demissões que atingem todas as categorias e regiões. Mas ainda acham que o governo não tem nenhuma responsabilidade, e que Lula "faz o que pode". Houve até um pequeno crescimento na popularidade do governo depois da percepção da crise pelo povo brasileiro.

PARA QUEM LULA GOVERNA?

A verdade, no entanto, é que Lula governa para as grandes empresas, e não para os trabalhadores.

E na sociedade dividida em classes sociais não existe a "unidade entre patrões e trabalhadores para sair da crise". Alguém tem de pagar os custos de uma crise e ninguém vai querer fazer isso. Uma hipótese é apostar em uma saída burguesa e obrigar os trabalhadores a aceitarem o desemprego e a miséria. Outra é defender uma saída operária, impondo à burguesia um corte drástico de seus lucros e a expropriação de suas empresas. São duas saídas opostas.

Em geral, quando o governo e a imprensa falam "que todos devem colaborar", estão querendo defender a saída da burguesia e convencer os trabalhadores a pagarem os custos da crise.

Vejam só o que já está se passando: o governo Lula já deu, ou se comprometeu a dar, mais de 300 bilhões de reais às grandes empresas, dos quais 160 bilhões para os bancos. Esse é um dinheiro público, que alguém terá de pagar. Isso corresponde a mais de 1.600 reais por pessoa no Brasil, seja homem, mulher ou criança. Ou seja, uma família de cinco pessoas vai ter que pagar cerca de oito mil reais para serem entregues aos ricos, aos donos das grandes empresas.

E de onde sairá este dinheiro? Da redução dos salários do funcionalismo público e do corte em serviços básicos como saúde e educação. O governo já anunciou um corte de 37,2 bilhões no orçamento de 2009 (o primeiro de uma série), incluindo a redução de quase um bilhão na educação e dois bilhões na saúde.

A outra grande jogada das grandes empresas, apoiadas pelo governo, é a imposição de "acordos" de redução de salários e direitos dos trabalhadores para "manter o emprego". Nesses acordos, os únicos que se beneficiam são as empresas. Os trabalhadores aceitariam sem lutas um arrocho maior em seus salários. Amanhã, quando se comprovar que a crise está piorando todos serão demitidos.

Quem vai pagar a conta pela crise econômica que chegou ao país?

O governo, através da CUT e da Força Sindical, está ajudando a impor esses acordos. As redes de televisão ajudam com uma grande campanha para "todo mundo" colaborar para enfrentar a crise. Os trabalhadores contribuiriam com seus salários e as empresas fariam a "bondade" de não demitir... por enquanto.

> **Quando o governo e a imprensa falam "que todos devem colaborar", estão querendo convencer os trabalhadores a pagarem os custos da crise**

COM QUEM VAMOS LUTAR ?

Um provérbio chinês ensina que não se pode lutar se não se conhece quem são nossos inimigos. O apoio à Lula é uma trava para as lutas, porque gera a expectativa de que o governo resolva os problemas sem a necessidade de greves e mobilizações.

Aqui se demonstra o papel valioso do governo Lula para o grande capital: tem uma imagem marcada pelo seu passado de dirigente sindical, mesmo que seu governo sirva essencialmente aos interesses da grande burguesia.

Os trabalhadores terão de fazer sua própria experiência com este governo. A crise econômica vai fazer com que cada erro seja pago duramente. A venda nos olhos dos trabalhadores pode custar muitos empregos e derrotas.

Mas em uma crise dessa dimensão os meses valem anos, dias valem meses. A classe trabalhadora brasileira será obrigada a tirar suas próprias conclusões ao ver que a crise se aprofunda, ao contrário das previsões oficiais. Ao sentir que as demissões aumentam, mesmo com dinheiro público dado as empresas. E ao ver que esses "acordos" só servem aos interesses dos patrões.

Veremos se a popularidade de Lula resiste aos próximos meses de agravamento da crise.

QUAL É A SAÍDA ENTÃO?

Não existe outra proposta realista que não seja a luta direta dos trabalhadores contra as demissões, sem redução de salários ou direitos.

É preciso unificar os trabalhadores em luta, incluindo os que acreditam em Lula e os que já fizeram sua experiência com o governo.

É possível conseguir vitórias, mesmo em um momento de crise econômica? Sim, é possível.

Em termos econômicos, as empresas acumularam grandes lucros que agora devem ser aproveitados para manter os empregos e salários dos operários. Em termos políticos, a insatisfação inevitavelmente vai crescer. De uma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde, os trabalhadores vão ter de sair para a luta.

Uma plenária nacional em Belém, durante o Fórum Social Mundial, que incluiu a Conlutas e outras forças sindicais e populares, marcou um dia nacional de mobilizações e paralisações para 1º de abril.

Vamos lutar empresa por empresa, categoria por categoria, contra as demissões, sem aceitar nenhuma redução de salários ou direitos. Vamos unificar essas lutas no dia 1º de abril.

ERRATA: na edição nº 365 do Opinião Socialista houve um erro da gráfica na impressão do título do artigo **"MEIO AMBIENTE: SOCIALISMO OU CATÁSTROFE AMBIENTAL"**, publicado na página 12.

PARAISÓPOLIS: QUANDO A POBREZA TORNA-SE CRIME

Paraisópolis é a segunda maior favela de São Paulo (SP)

WILSON H. SILVA, da redação

Na segunda-feira, 2 de fevereiro, as redes de televisão abriram espaço para mostrar cenas geralmente associadas às comunidades carentes e favelas do Rio de Janeiro ou às regiões de guerra, como a Faixa de Gaza: veículos blindados atropelando barricadas montadas com carros em chamas, casas e lojas destruídas, tiros e gente desesperada correndo para todos os lados.

Mas as cenas chamaram mais atenção do que o "normal" porque se passavam em Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo (com cerca de 80 mil moradores). A comunidade fica dentro de um dos bairros mais luxuosos de São Paulo, o Morumbi, residência de estrelas televisivas, políticos endinheirados e de uma razoável parcela da burguesia que ainda não migrou para os condomínios fechados localizados fora da cidade.

Seja pela violência inesperada, seja pela localização, o fato tomou proporções nacionais e não demorou um segundo para que a imprensa usasse e abusasse de seu preconceito de classe para qualificar o episódio como uma explosão de "vandalismo", impulsionada por "arruaceiros" e "delinqüentes". Todos, muito provavelmente, atuando a mando da bandidagem local.

O fato é que a violência policial foi enorme e a repressão continua. Vários foram feridos com balas de borracha, nove pessoas (apenas uma delas "fichada") foram presas, um toque de recolher foi imposto ao bairro e, desde então, cerca de 300 policiais fortemente armados tomaram a região.

VIVENDO NO INFERNO...

A versão da polícia e da maioria da imprensa é "simples". A enorme violência empregada foi necessária porque todos os moradores envolvidos teriam agido de acordo com uma ordem do Primeiro Comando da Capital, o PCC, em resposta à morte, no final de semana anterior, de um foragido da cadeia e à prisão de Antonio Galdino, cunhado do líder local do Comando.

Já os residentes de Paraisópolis, inclusive o presidente da Associação de Moradores, Gilson Rodrigues, apontaram outros motivos para a revolta. Muitos falam na inocência de um dos mortos. Outros apontam o ódio da população contra a atuação da polícia na região, particularmente de dois policiais conhecidos como "Zóio Roxo" e "Raio", que se dizem "os donos da favela". Um fato que tem motivado, há mais de quatro meses, a mobilização da comunidade que, sem sucesso, tenta tirar os dois das ruas.

Do nosso ponto de vista, assim como não há "motivos" que justifiquem a ação repressiva da polícia contra a população pobre, sobram razões para a comunidade se revolte. Particularmente em locais como Paraisópolis.

Na região, uma das mais pobres de São Paulo, seis em cada dez moradores têm menos de 25 anos de idade e o índice oficial de desemprego é de 25%.

Uma situação criada pela mesma burguesia que, hoje, teme seus vizinhos incômodos. Habitada desde os anos 1920 por trabalhadores da construção civil, Paraisópolis cresceu nos anos 1950, quando a alta burguesia paulista começou a se deslocar para o local e precisava de mão-de-obra para construir e manter suas gigantescas mansões.

Como conseqüência, 78% dos trabalhadores que têm emprego fixo trabalham para os milionários que os cercam. A grande maioria é de garçons, babás e empregadas domésticas, trabalhos para lá de dignos, mas que fazem com que a média salarial seja pouco maior que R$ 600 e 47% dos moradores ganhem até dois salários mínimos.

Além disso, metade dos moradores só têm o ensino fundamental. Dados de ONGs instaladas na comunidade indicam que 5 mil crianças estão fora da escola e 15 mil moradores não sabem ler ou escrever. Se isso não bastasse, apenas um quinto das ruas tem esgoto, mais de metade delas é de terra batida e a energia só chega através de "gatos".

Enquanto isso, apenas para se ter uma idéia do abismo que separa esses moradores de seus vizinhos, basta dizer que a média de uma mensalidade escolar numa escola "razoável" do Morumbi não sai por menos de R$ 1.300.

...CERCADOS PELO INFERNO

Num quadro como esse, não causa surpresa uma explosão de violência, mais cedo ou mais tarde. E não foram poucos que fizeram essa comparação com o Rio de Janeiro, onde na mesma semana a polícia assassinou dez moradores em três diferentes comunidades.

De fato, há semelhanças com o Rio. Diferentemente da maioria das favelas paulistanas, localizadas na periferia e longe dos olhos da classe média, Paraisópolis, assim como as comunidades cariocas da Rocinha, do Cantagalo e da Dona Marta, está encravada no meio de um dos bairros mais "chiques" da cidade.

A repressão em Paraisópolis mostra que a burguesia de São Paulo também adotou a nova política de segurança pública aplicada pelo governo do Rio de Janeiro e pelo governo federal. O PAC da Segurança é baseado no aumento da repressão policial, na criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Foi declarada uma verdadeira "guerra" contra as populações mais carentes.

Paraisópolis, Rocinha, Cantagalo têm em comum serem lugares com "vista privilegiada" para o gigantesco abismo social que permite a vida escandalosamente luxuosa de um punhado de "bacanas" às custas da exploração e opressão de milhões de jovens e trabalhadores. Que, ainda por cima, têm que viver em meio à criminalidade e toda a violência que a acompanha.

PMDB COM O CONGRESSO NAS MÃOS

DA REDAÇÃO

O Congresso Nacional está nas mãos do PMDB. A maior legenda de aluguel da história da República venceu a disputa pela presidência do Senado e da Câmara.

Na Câmara, venceu o deputado Michel Temer (PMDB-SP). No Senado, o vitorioso foi José Sarney (PMDB-AP), que bateu Tião Viana (PT-AC).

Como não poderia deixar de ser, um digno mercado persa tomou conta da eleição dos candidatos do PMDB. Cargos foram negociados em troca de apoios. A farra foi tanta que a primeira preocupação dos novos presidentes será como entregar a mercadoria. *"Houve uma espécie de 'overbooking' aqui dentro"*, ironizou o senador petista Aloizio Mercadante.

A eleição de Sarney para a presidência do Senado também ressuscitou um velho e conhecido político corrupto. O senador Renan Calheiros foi o responsável pela vitória de Sarney. O episódio revela que Renan continua concentrando muito poder e influência junto ao governo.

A eleição dos peemedebistas também foi uma vitória do governo Lula. Desde o início, os candidatos contaram com o apoio do presidente. A expectativa é trazer a legenda para o apoio à Dilma Roussef, a principal candidata petista para as eleições de 2010. Dilma fez inúmeras declarações claras em favor das candidaturas, especialmente a de Sarney figura central para manter a maioria do governo no Senado.

Mas nada está definido. O PMDB sabe que a crise econômica poderá mudar radicalmente a conjuntura do país e proporcionar um desgaste da imagem do governo. Por isso, o partido mantém um pé também na canoa tucana. Michel Temer é uma figura muito próxima a José Serra, o provável candidato à presidência pelo PSDB.

Mas o PMDB vai cobrar caro pelo seu apoio. Atualmente, o partido conta com seis importantes ministérios. A cobrança por cargo vai aumentar. Por outro lado, o partido é quem vai administrar a agenda política no governo, inclusive as medidas que vão jogar a conta da crise sobre as costas dos trabalhadores.

CONLUTAS VENCE ELEIÇÃO DA CONSTRUÇÃO EM BELÉM

RESULTADO DE 82% DOS VOTOS mostra o respaldo da categoria à atual direção do sindicato

***DINORAH DA SILVA E GILBERTO MARQUES**, de Belém (PA)*

Nos dias 22 e 23 de janeiro, pouco antes do início do Fórum Social Mundial, ocorreu a eleição do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém. A chapa Avançar Conlutas, formada por militantes do PSTU e independentes, derrotou a chapa Unidade Operária (PCdoB/CTB). A votação foi de 1.589 votos contra apenas 317.

Essa vitória é fruto do sistemático trabalho que o principal sindicato da Conlutas no Pará desenvolve junto a sua base. A categoria é um dos batalhões mais pesados e explorados dos trabalhadores. No ano passado, após travarem uma intensa batalha contra a patronal na campanha salarial, os operários conseguiram arrancar um reajuste de 15%, o maior da categoria em nível nacional, além da participação nos lucros e resultados.

PRONTO PARA A CRISE

Agora, com esta eleição, os operários e sua direção estarão renovados, com mais energia para enfrentar a crise mundial e as demissões que já começaram. Só em dezembro foram dadas férias coletivas para 1.500 trabalhadores. Atualmente, dezenas de obras estão completamente paradas, com algumas empresas ameaçando falência.

Portanto, que venham os patrões! "Se esta crise aumentar, vamos ter de ocupar obra, ocupar prédio", diz Ailson Cunha, coordenador-geral do sindicato e militante do PSTU.

MULHER DE LUTA É ELEITA COORDENADORA-GERAL

Deuzalina trabalha há 20 anos como servente de pedreiro em Belém. Enfrentou o machismo durante muito tempo, lutou contra ele e hoje é coordenadora-geral do sindicato, referência na categoria. O Opinião Socialista conversou com a dirigente, que encabeçou a chapa Avançar Conlutas, sobre sua trajetória.

DIEGO CRUZ

Opinião - Que tipo de discriminação você sofreu num ambiente dominado por homens, como é o canteiro de obras?

Deuzalina - Todo tipo. Entrei bem jovem. E aí as pessoas vêem uma jovem e já começam a falar em 'sangue novo'. O assédio sexual é a primeira coisa que vem. Falavam também 'por que você não procurou emprego em outro local, por que não foi trabalhar em casa de família, não é melhor pra ti?' Eu sempre falava que isso não tinha nada a ver. Trabalhar é um direito, é uma opção minha. Eu enfrentei tudo isso. Sabemos que as mulheres são minoria na categoria.

A senhora conquistou muito respeito entre os companheiros no movimento sindical.

Com certeza. Hoje sou coordenadora-geral do sindicato e isso significa que meus companheiros me respeitam bastante. Não existe aquela coisa de preconceito por ser mulher e estar na direção.

Qual é a importância da luta contra o machismo numa categoria onde ele é tão forte?

É muito importante. Com certeza tem hoje muitas companheiras passando pelo mesmo que eu passei por anos. Estão sofrendo nos canteiros de obras como eu sofri. Então, é importante lutar contra isso, juntando os movimentos, as companheiras, para superar tudo isso.

SANTA CATARINA

APÓS OCUPAÇÃO DE QUARTÉIS, POLICIAIS SÃO PERSEGUIDOS PELO GOVERNO ESTADUAL

EM DEFESA DE DIREITOS e reajuste, esposas e familiares ocupam 34 quartéis de Santa Catarina. Bope se negou a reprimir movimento que começou em dezembro.

DA REDAÇÃO

O Movimento de Esposas e Familiares dos Praças, com o apoio de soldados, cabos, sargentos e sub-oficiais da Polícia Militar, ocupou 34 quartéis entre os dias 22 e 27 de dezembro. O protesto é contra a situação dos policiais no estado, que não têm reajuste salarial há três anos. Além disso, há cinco anos eles conquistaram a Lei 254, para diminuir as desigualdades dentro da PM e melhorar as condições de trabalho, mas esta vem sendo descumprida.

Mais de 4 mil pessoas participaram das mobilizações, com o apoio de mais de 80% da categoria. Metade do estado ficou sem segurança pública.

> **Governo se recusou a negociar e entrou na Justiça pela extinção da Associação dos Praças**

A resposta do governo veio em seguida. Em plena noite de Natal, o Bope (Batalhão de Operações Especiais) foi acionado. Felizmente, os soldados se negaram a reprimir.

Diante da atitude do Bope, o governador Luís Henrique (PMDB) pediu a presença da Força Nacional. Antes, porém, o movimento decidiu suspender as ocupações para iniciar uma fase de articulação e vigília, acumulando forças.

REPRESSÃO E CENSURA

Já o governo se recusa a negociar e pediu na Justiça a extinção da APRASC (Associação dos Praças de Santa Catarina). A Justiça aplicou multa de R$ 90 mil caso os protestos continuassem. O site da associação foi retirado do ar por 90 dias. A imprensa divulgou que serão abertos 13 Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que poderão levar à prisão de muitos companheiros por até 20 anos. Quatro já foram indiciados.

O movimento está realizando vigílias e se organizando para outras táticas. Quatro acampamentos, chamados de "quartéis da liberdade", foram montados por tempo indeterminado em diferentes regiões. Outros estão sendo organizados para funcionar de forma itinerante e visitarem todo o estado. E um novo site já está funcionando em aprascnalutadenovo.com.br.

ATO CONTRA AUMENTO NO TRANSPORTE É REPRIMIDO

Estudantes de Porto Alegre vão às ruas da cidade e enfrentam forte repressão da Brigada Militar

***JÉSSICA NUCCI**, do Porto Alegre (RS)*

Como se não bastassem todas as dificuldades sofridas pelos estudantes, trabalhadores e desempregados de Porto Alegre para usar o transporte público, a prefeitura de José Fogaça (PMDB) impôs mais um duro ataque às condições de vida da população. Em janeiro, o prefeito autorizou um substancial aumento da tarifa, que passou de R$ 2,10 para R$ 2,30.

A população, porém, não aceitou esse roubo calada. Os atos foram em série, em manifestações marcadas por ações truculentas da Polícia Militar. Durante um dos atos, no dia 27 de janeiro, agrediu violentamente muitos estudantes e até mesmo a população que observava, causando grande indignação. Seis estudantes foram detidos.

Infelizmente, essa postura repressiva da polícia da governadora Yeda Crusius (PSDB), desta vez a serviço da prefeitura, tem sido freqüente contra os movimentos sociais.

A LUTA SE FORTALECE

Os estudantes encabeçaram essa luta e, junto com sindicatos aliados, promoveram colagens, pichações e uma série de manifestações, com o objetivo de tornar pública a sua indignação e fazer crescer esse movimento.

Tudo aconteceu sem a União Metropolitana dos Estudantes de Porto Alegre (Umespa). Esta, além de não mover uma palha nas mobilizações, tem cadeira garantida no conselho de transporte, onde vota a favor de aumentos. A UNE também não apareceu para estar ao lado dos estudantes contra os empresários.

Mas nem a traição da UNE e da Umespa nem a dura postura repressiva da polícia impediram o movimento estudantil de mostrar sua força. A luta contra o aumento da passagem segue, exigindo ainda o passe-livre para estudantes e desempregados.

A CAMPANHA PARA RETIRAR NOSSOS DIREITOS E SALÁRIOS

PATRÕES PRESSIONAM por acordos, que não garantem empregos

GUSTAVO SIXEL, da redação

Há alguns domingos, o Fantástico exibiu reportagem sobre uma empresa onde, surpreendentemente, os trabalhadores defendiam reduzir os salários e a jornada. Sob uma grande árvore, o jornalista da Rede Globo e um pequeno grupo debatiam a crise e a necessidade de evitar demissões. Os metalúrgicos queriam menos 20% na jornada e nos salários. Como prova incontestável, o repórter exibia as folhas com o abaixo-assinado pelo acordo.

Pula para São José dos Campos (SP). A mesma empresa, a mesma árvore, os mesmos funcionários. A realidade que o sindicato encontra na Schrader é outra. Trabalhadores coagidos, pressão e ameaças. *"Os trabalhadores disseram que não querem redução de salários"*, conta o diretor do sindicato, José Mendonça. *"Os próprios funcionários confirmaram para o sindicato que quem não assinasse o abaixo-assinado feito pela empresa seria demitido"*, afirma. A verdade vem à tona. Fantástico.

PRESSÃO

Há uma grande campanha para jogar a crise nas costas dos trabalhadores. E é nas empresas onde ela aparece com mais força, na forma de coação, chantagem e todo tipo de ameaça, incluindo a pior, contra o emprego. Essa campanha começou com empresários como Roger Agnelli, da Vale, e Paulo Skaf, da Fiesp. Espalhou-se como praga, das multinacionais até as pequenas empresas.

O discurso é igual. Falam em *"dividir responsabilidades"* e *"somar esforços"* contra a crise. Na verdade, não querem dividir nada, querem é que nós trabalhadores paguemos pela crise que não criamos. Falam em *"atravessar"* a crise. Como se esta fosse algo passageiro, e não houvesse nada de mais em aceitar um *"sacrifício temporário"*.

Contam ainda com a ajuda inestimável do presidente Lula que, com prestígio e popularidade, abusa de um discurso gasto, vendendo segurança e prometendo dias melhores.

COFRE CHEIO

A dobradinha com o governo tem servido para proteger os lucros das empresas. Por anos, bancos e empresas bateram recordes de faturamento. O Brasil de Lula tornou-se um paraíso para empresários, montadoras e barões da construção civil.

De repente, as altas taxas de lucro viram-se ameaçadas. Projeções fabulosas despencaram. A meta de três milhões de veículos não foi atingida. A exportação de minério caiu. Diante do protesto de acionistas, a solução foi conseguir o lucro de outro modo: retirando direitos e salários.

As empresas acumularam o suficiente nos últimos anos para não ter de recorrer a demissões ou ataques aos direitos. A Vale talvez seja o maior exemplo. A maior empresa do Brasil tem US$ 15 bilhões em caixa. No mesmo dia em que propôs licença com redução de 50% no salário, a empresa elevou o valor a ser repassado a seus acionistas para US$ 2,5 bilhões. Calcula-se que tenha dinheiro em caixa para pagar os salários de seus funcionários por dez anos.

ACORDO NÃO GARANTE EMPREGO

Para os patrões, reduzir um pouco os lucros em nada afeta o luxo de suas vidas. Para nós, trabalhadores, qualquer redução salarial é uma calamidade. A perda de um emprego é uma tragédia. Que, infelizmente, já é realidade em 31% das famílias de São Paulo, segundo pesquisa do jornal *Folha de S. Paulo*.

Dizem que se aceitarmos esses acordos não haverá demissões. Mentira! Querem que os trabalhadores não resistam. Já está havendo muita demissão, mesmo com os acordos.

No Sul Fluminense, o sindicato dos metalúrgicos, ligado à CTB, assinou um acordo com a Peugeot em novembro de 2008, reduzindo em 25% o salário dos temporários. O sindicato aceitou o acordo sem luta. Há algumas semanas, a montadora demitiu 250 metalúrgicos de uma só vez. Sequer comunicou o sindicato, que foi se queixar de traição.

DE BRAÇOS DADOS COM O INIMIGO

As demissões acontecem antes e depois dos acordos. Muitas vezes, servem para intimidar os trabalhadores e fazê-los aceitar a proposta.

Em outros casos, os patrões dispensam esse recurso, pois contam com aliados nos sindicatos para essa política. Em Taubaté (SP), o sindicato da CUT aprovou um acordo, reativando o banco de horas e a "semana de quatro dias". O próprio gerente da Volks avisou que o acordo *"não evitará demissões"*. Mas a CUT ignorou.

> **"Me sinto usado e enganado pela empresa e pelo sindicato"**
>
> **Operário demitido da Volks de Taubaté (SP), após o acordo feito pela CUT**

No dia seguinte, 21 de janeiro, 150 pessoas foram demitidas. Um metalúrgico escreveu ao **Portal do PSTU**, pedindo ajuda após a demissão. *"Estou escrevendo para fazer uma denúncia. Sobre o acordo da CUT fazendo com que a gente aprovasse sobre banco de horas e flexibilidade nos induzindo a votar dizendo que nosso emprego iria depender deste acordo"*. Não poupou críticas ao sindicato: *"Me sinto usado e enganado pela empresa e pelo sindicato. Ontem não tinha uma pessoa sequer da CUT na fábrica"*.

A Força Sindical vem aplicando os acordos com uma rapidez assustadora. Em São Paulo, promoveu acordos de redução de salários e jornada em dezenas de fábricas, como Valeo e MWM (*nesta página*).

FLEXIBILIZAÇÃO ETERNA

Nas empresas em que se aceitam esses acordos, outros serão impostos depois, ainda piores. Como a crise vai piorar, e não melhorar, eles vão vir com a história de *"como a situação piorou, é preciso cortar salários ainda mais"*. Ou cortarão os direitos que sobrarem.

E no final vão demitir da mesma forma.

"O acordo não foi uma felicidade, não"

Em São Paulo, metalúrgica aprova a redução de 17,5% nos salários sob aplausos de sindicalistas da Força Sindical

GUSTAVO SIXEL, da redação

A MWM pertence a um grupo norte-americano e tem sedes em São Paulo, Canoas (RS) e Córdoba, na Argentina. Produz motores para montadoras como GM, Ford e Nissan, exportando para mais de 30 países e fazendo a alegria de proprietários de pickups, como a S-10, da GM.

Com 2.280 funcionários, a empresa bateu recordes de produção em 2008 e chegou a ser eleita a empresa do ano. *"O faturamento em 2008 atingirá valor recorde de US$ 1 bilhão, 27% superior a 2007"*, calculava o presidente da empresa, Waldey Sanchez, em julho.

Na semana passada, o mesmo Sanchez tentava convencer seus funcionários, reunidos no pátio da empresa em São Paulo, a aprovar o acordo de redução de salários e jornada. Lamentava a redução na produção de novembro para cá e apresentava o acordo como *"o melhor caminho possível"*. O executivo ofereceu a ilusão de que as vendas iriam melhorar em um prazo curto.

Depois de Sanchez, foi a vez de o acordo ser defendido por diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Ligados à Força Sindical, condicionaram o acordo a situações em que *"a empresa esteja realmente passando por dificuldades"*. Mas não exibiram as contas da empresa e esqueceram dos lucros de 2008, enviados aos EUA.

Nas rodas de trabalhadores, o tom era outro. Segundo um trabalhador da produção, que conversou com o *Opinião*, muitos estavam revoltados, principalmente na linha de produção. *"Por que não usar o dinheiro do caixa da empresa, o que ganharam nestes anos?"*, perguntava um trabalhador, lembrando o recorde de 13 mil motores em outubro. Outros praguejavam contra o sindicato, por não ter enfrentado a empresa.

A reunião durou pouco mais de uma hora, o bastante para aprovar a proposta. O salário bruto inicial na MWM está em torno de R$ 1.500, podendo chegar a R$ 1.800, com o tempo. Com o acordo, 17,5% deste valor será perdido, cerca de R$ 250, e a jornada será reduzida em 20%.

"O pessoal está bastante angustiado. Todos já temem demissões", afirma um operário. Apesar de o acordo garantir a estabilidade até 30 de junho, a lembrança dos 300 demitidos em dezembro está presente. O contrato da maioria terminaria em janeiro, mas todos foram dispensados em 12 de dezembro. Na véspera da festa de fim de ano da empresa.

SÉRGIO KOEI

Ato nacional em São José dos Campos, no dia 24 de janeiro

É POSSÍVEL RESISTIR. É POSSÍVEL VENCER!

Plano de lutas terá ato nacional no dia 1º de abril, com mobilizações e paralisações

Os trabalhadores começam a resistir aos ataques de patrões e governos. Em São José dos Campos, diante da iniciativa de acordo por parte de um grupo de empresários, dezenas de assembléias foram feitas, recusando uma a uma a "oferta" dos patrões. Após uma greve, a fábrica Inox foi ocupada pelos trabalhadores.

Em São Paulo, parte dos operários se recusou a aceitar os acordos da Força Sindical. Na zona oeste da capital, os funcionários ocuparam a fábrica Tyco Dinaco.

Na Vale, dois sindicatos se recusam a aceitar o acordo proposto pela empresa: os de Congonhas e de Itabira, em Minas Gerais.

Por todo lado há resistência e luta, mostrando o caminho a seguir. Parte importante desse movimento está na Conlutas, que lançou uma campanha pela estabilidade no emprego e contra a retirada de direitos.

É preciso unificar as lutas contra o desemprego. Por isso, um plano de lutas foi aprovado durante o Fórum Social Mundial. A proposta da Conlutas, de setores da Intersindical, do MTL e da Pastoral Operária de São Paulo é um dia nacional de manifestações e paralisações contra o desemprego em 1º de abril. A Conlutas também está chamando a CUT e a Força Sindical a deixarem os acordos rebaixados e se somarem a esse dia nacional.

Nem demissões, nem redução de salários ou direitos!
Estabilidade no emprego já!
Todos à mobilização de 1º de abril!

Crise não tem data marcada para acabar

Uma das mentiras muito ditas pelo governo e pela imprensa é que esta crise econômica será curta. Lula já não pode dizer que os reflexos no Brasil serão "imperceptíveis", que será uma "marolinha". Mas segue afirmando que o país crescerá 4% em 2009 e que a reativação virá em alguns meses. Nada mais falso

EDUARDO ALMEIDA, da redação

O Brasil é completamente dependente da evolução da economia mundial. E a crise internacional já é a mais grave desde 1929. Os dados indicam que a situação é qualitativamente mais grave que nas crises recentes anteriores e pode evoluir a uma depressão.

Nos EUA, a queda da produção de bens duráveis foi de 16,2% – o principal setor da economia. Esse é um índice semelhante ao de uma depressão, cinco vezes maior do que o da crise passada (quarto trimestre de 2001), com 2,9%. No Japão, a queda da produção industrial no quarto trimestre foi de 9,6%, também indicativo de depressão.

A quase falência do principal setor industrial (indústria automobilística) e dos bancos do país mais importante do imperialismo (EUA) indica que se trata de algo bem mais grave que crises recentes como a de 2000-2001. A depressão está se tornando a hipótese mais provável.

Isso significa uma crise grave e longa, que atingirá todo o planeta, já que os países imperialistas, o centro do capitalismo, estão fortemente afetados. Uma depressão implica em queda de 15%-20% na produção dos principais países. Pode ser que o imperialismo consiga impedir o caminho para uma depressão, mas não conseguirá evitar períodos com baixo crescimento e longas crises. Não existe uma reativação global no horizonte imediato, como no início da globalização, nos anos 80.

O BRASIL EM RECESSÃO

Ao contrário de toda a propaganda oficial, o país já deve estar em recessão. A queda do PIB no último trimestre de 2008 está estimada entre 1% e 2%. As montadoras de automóveis tiveram uma queda de 47,1% em dezembro. A indústria como um todo caiu em torno de 7%.

A "recuperação" na produção de automóveis em janeiro (com todos os "feirões", promoções e redução do IPI) foi pequena, apesar da propaganda oficial. Ainda representa uma queda de 27,1% em relação a dezembro de 2008.

A tendência é outra queda no PIB neste primeiro trimestre, configurando o quadro de uma recessão, mesmo para os critérios da economia burguesa. Isso não é admitido pelo governo nem discutido pela imprensa burguesa, mas é um fato que vai acabar se impondo, desmontando o discurso oficial.

AO CONTRÁRIO DA PROPAGANDA, A CRISE VAI SE AGRAVAR

Com a piora da situação internacional, o país será fortemente arrastado para baixo. O saldo comercial de janeiro já foi negativo em US$ 518 milhões, revertendo oito anos de superávits. Pode ser que se consiga evitar um déficit comercial global no ano, mas nada parecido aos grandes superávits dos últimos anos. O fluxo anterior de capitais parou de entrar no país para se concentrar nas matrizes das multinacionais. Essas grandes empresas têm seus planos de investimentos determinados pelas matrizes, que congelaram grande parte deles.

A tendência, ao contrário da propaganda, é que a crise se agrave. As demissões de dezembro passado (mais de 1,5 milhão) devem se ampliar, se depender do governo e das empresas.

SEMINÁRIO SINDICAL FAZ AVANÇAR UNIDADE DOS SETORES COMBATIVOS

EM BELÉM, entidades discutem crise econômica e reorganização e aprovam atividades conjuntas

DIEGO CRUZ e PRISCILA DUQUE,
de Belém (PA)

Depois de quase dois anos, as diferentes organizações sociais e sindicais de esquerda que fazem oposição ao governo Lula voltaram a se encontrar. O seminário *"A crise econômica mundial, os desafios, a classe trabalhadora e a reorganização do movimento popular"*, ocorrido no dia 29 de janeiro, durante o Fórum Social Mundial, colocou novamente no mesmo espaço diferentes correntes combativas.

O evento contou com a presença da Conlutas, da Pastoral Operária de São Paulo e de diversos setores que compõem a Intersindical, como APS, C-SOL e Enlace. Participaram também MTL (Movimento Terra e Liberdade), MAS (corrente prestista) e MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). O seminário contou com cerca de 800 ativistas de todas as partes do país.

A última vez que isso ocorreu foi no Encontro Nacional Sindical, em março de 2007, em São Paulo. A grave crise econômica mundial, que já produziu uma onda de desemprego no planeta e afeta agora o Brasil, mostrou a necessidade da organização na luta contra seus efeitos. Mostrou, mais que tudo, a urgência de se avançar na construção de um único instrumento de luta da classe trabalhadora.

EFEITOS DA CRISE

As diferenças entre as organizações são várias e, em alguns casos, profundas. Mas vão no mesmo sentido quanto à gravidade da crise e seus efeitos sobre os trabalhadores. *"Estamos vivendo uma crise clássica do capitalismo e sabemos muito bem o que esse sistema faz para superá-la: fecha fábrica, acaba com o emprego, retira direitos"*, analisou José Maria de Almeida, o Zé Maria, da Coordenação Nacional da Conlutas.

"Os governos do Brasil e do mundo tentam jogar a crise nas costas dos trabalhadores", disse Edson Costa, o Índio, representando o Enlace. E, se a crise já não bastasse, os patrões têm ainda a ajuda das centrais para fazer com que os trabalhadores paguem seu preço. *"As centrais pelegas atreladas ao governo discursam contra a retirada de direitos, mas na base aplicam a mesma coisa que atacam na imprensa"*, denunciou Douglas Diniz, dirigente da CST, corrente interna do PSOL.

Os debatedores lembraram que, com a crise, aumenta a repressão à organização sindical e contra os ativistas. Casos como o de Joinville Frota, dirigente rodoviário do Amapá, ameaçado de morte, se espalham por todo o país. *"Se nos atacarem, temos que estar unidos para contra-atacar"*, afirmou Janira Rocha, dirigente do MTL. *"Não somos coelhinhos para morrer com pancada na cabeça"*, disse.

Diante de todas as dificuldades, qual a saída para a crise? Para Zé Maria, ela não pode ser superada pelos trabalhadores dentro das regras deste sistema. "Acabar com esta crise significa superar a propriedade privada e destruir o Estado burguês rumo a uma sociedade socialista", defendeu.

REORGANIZAÇÃO E POLÊMICAS

Superar esta crise e este sistema, porém, é impossível sem a organização dos trabalhadores, independente do governo e das centrais a ele atreladas. Isso também foi consenso entre as distintas correntes e entidades presentes e o que moveu todos a se reunirem novamente. *"Hoje estamos fazendo história, talvez só daqui a vinte anos possamos olhar para trás e ver a importância de nosso gesto"*, disse Zé Maria.

A unificação é necessária. O ritmo desse processo e o caráter dessa nova organização, porém, são polêmicos, como não poderia deixar de ser diante do número de correntes, setores, regiões e tradições diferentes. Alas da Intersindical, por exemplo, defendem uma entidade de caráter meramente sindical, ou seja, sem movimentos sociais e populares, diferente do que hoje é a Conlutas.

Apesar de todas as diferenças, o dirigente da Conlutas propôs um grande encontro nacional dos trabalhadores ao final do ano, para discutir o processo de unificação.

APROXIMAÇÃO

O processo de aproximação entre os lutadores avança. Ao final do encontro, os ativistas aprovaram um documento assinado pelas entidades. O ponto principal é a necessidade de organizar um seminário nacional no final de março ou início de abril, para iniciar a discussão sobre concepção e natureza de uma organização unitária.

Seria a primeira ação para criar uma relação de proximidade e confiança, estreitando as relações dos que se colocam à esquerda do governo Lula. A partir daí, seriam realizadas atividades conjuntas nos estados, culminando num grande encontro nacional no final de 2009.

"Este seminário é um passo importante neste processo de reorganização do movimento sindical e popular de nosso país. É uma demonstração de que é possível construir a unidade dos lutadores sociais para enfrentar a crise sob a ótica dos trabalhadores e avançar rumo à construção de uma nova central sindical".

LUJAN MIRANDA (APS / Intersindical)

"Este encontro tem uma importância muito grande para responder à crise econômica e organizar os trabalhadores para resistir ao projeto do governo. A construção de uma nova central sindical tem que ser pavimentada com a unidade necessária para lutar contra o governo e seus planos que estão gerando demissão e miséria".

DOUGLAS DINIZ (CST/Conlutas)

"Só pelo fato de se realizar esse encontro já é uma vitória, temos que avançar agora na unidade daqueles que não se venderam e se colocam no campo dos trabalhadores"

PAULO PEDRINI (Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo)

FOTOS PEDRO PALIKURA

"É fundamental que construamos uma organização unitária de massas, que possa dirigir, politizar e generalizar as lutas em nosso país. Uma alternativa única de luta que supere a atual fragmentação do campo combativo. Ao mesmo tempo, uma organização que não pare nas questões econômicas, mas que avance na luta contra o capitalismo e coloque de forma concreta a perspectiva do socialismo. Hoje estamos fazendo história, talvez só daqui a vinte anos possamos olhar para trás e ver a importância de nosso gesto"

ZÉ MARIA (PSTU / Conlutas)

DIEGO CRUZ

UM FÓRUM REFORMISTA A SERVIÇO DO GOVERNO

PSTU PROMOVE ATIVIDADES independentes e defende que um outro mundo só é possível se for socialista

DIEGO CRUZ,
*enviado especial a Belém (PA)**

Do dia 27 de janeiro a 1 de fevereiro ocorreu em Belém a nona edição do Fórum Social Mundial (FSM). Depois de anos sendo realizado no exterior, com uma repercussão apagada e consideravelmente desgastado, o evento volta ao Brasil com um novo fôlego.

A nova conjuntura internacional, marcada pela grave crise econômica que coloca o capitalismo em cheque, assim como desdobramentos ou fatos novos, como a eleição de Obama e o ataque de Israel à Palestina, parecem ter atraído a atenção para o Fórum. De acordo com a organização oficial, 133 mil participantes de 142 países se inscreveram. Toda a rede hoteleira da capital do Pará e região metropolitana foi ocupada e as ruas estiveram cheias nesses dias.

MONTANDO O CENÁRIO

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que atraía milhares de pessoas em busca de uma alternativa, essa edição do Fórum foi a mais despolitizada e explicitamente governista. Contou com um pesado investimento do Governo Federal e do desgastado governo estadual de Ana Júlia (PT), a fim propiciar um verdadeiro palanque eleitoral.

Mas o governo foi obrigado a lidar com um problema que aflige a capital paraense: o alto índice de violência urbana. Contra isso, montou um verdadeiro esquema de guerra, principalmente contra a população pobre. Aumentou o efetivo policial, desapropriou casas em locais que seriam utilizados pelo Fórum a preços baixos e proibiu o funcionamento de bares próximos ao Fórum após as 22 horas.

Para se ter uma idéia, foi alardeado o investimento público recorde de R$ 143 milhões para a realização do FSM. A maior parte, porém, foi destinado ao policiamento, cerca de R$ 52 milhões. Foi notícia também a estréia de um novo tipo de arma, que produz choque, utilizado para conter conflitos sociais.

A população de Belém, ao mesmo tempo em que sofria a repressão do PT, via-se também excluído das atividades realizadas pelo Fórum. Só tinha acesso aos locais aonde ocorriam os eventos quem fizesse inscrição, mediante de pagamento de trinta reais. Ou seja, a grande maioria da população via-se reduzida a mera espectadora do que ocorria à sua volta.

Se o cenário montado pelo governo já era lamentável, o conteúdo das discussões impresso pela organização oficial do Fórum não ficava atrás. Mais uma vez, o conteúdo reformista, de um capitalismo de rosto humano. Mesmo o tema da Palestina foi relegado ao segundo plano. Para milhares de ativistas, jovens em grande parte, à procura de uma alternativa a esse sistema, era oferecido velhas receitas que nada mudam.

Para se ter uma idéia do tom oficialista do evento, a principal atividade do Fórum foi a reunião com os quatro presidentes latino-americanos, capitaneados por Hugo Chávez. O presidente venezuelano foi ovacionado pelo conjunto da esquerda, incluído o PSOL. No mesmo dia em que ativistas eram assassinados no país, esses setores se calam diante da repressão para apoiar Chávez.

UM MUNDO SOCIALISTA É POSSÍVEL

O PSTU participou do FSM para apresentar um programa que ataque a raiz dos problemas discutidos nesses dias. Questões que vão da ecologia à crise econômica. Com uma pauta que ia da defesa dos direitos e empregos, contra a crise, à defesa da Palestina ante o genocídio de Israel, o partido atraiu a simpatia de vários ativistas.

Tal caráter pôde ser visto já na marcha de abertura. A coluna do PSTU, mesmo sob uma chuva torrencial, foi uma das mais politizadas e animadas. A coluna foi engrossada por trabalhadores da construção civil, que entoavam "Ô, *Lula que papelão tem dinheiro pra banqueiro e pro peão só demissão*", sendo aplaudidos nas ruas de Belém.

O PSTU esteve entre as poucas organizações que denunciaram o papel do governo Lula na ocupação do Haiti. Seus militantes tiveram atuação decisiva para a realização do Seminário sindical unificado (leia na página 8). Já a LIT realizou um dos poucos debates que trataram com profundidade a crise econômica. Os militantes do partido atuaram no Fórum apresentando um programa socialista em atividades contra a opressão, tanto de gênero, quanto de raça ou orientação sexual.

Atuaram, sobretudo, no sentido de afirmar que um outro mundo só é possível se for socialista.

*Participaram da cobertura Priscila Duque, Wellingta Macedo e Roberto Aguiar.

WWW.PSTU.ORG.BR
Veja no Portal a cobertura completa sobre o FSM

PSTU FAZ APRESENTAÇÃO DO PARTIDO A OPERÁRIOS

Eles não foram convidados ao Fórum Social Mundial do governo, mas para o PSTU são a força principal que dirigirá a revolução. No dia 29 de janeiro, cerca de 150 operários da construção civil marcaram presença na reunião de apresentação do PSTU, realizado no clube Monte Líbano.

O salão ficou completamente tomado pelos operários. A vida dura dos peões foi lembrada. "Não recebemos o lucro que produzimos, ele vai para o avião do patrão, a escola particular do filho, as viagens de féria... é uma sociedade injusta em que tudo o que conseguirmos é através de nossa própria luta", afirmou Cleber Rabelo, servente, dirigente do PSTU e diretor do Sindicato da Construção Civil de Belém.

"Acreditamos que a vida só vai mudar de verdade se fazermos uma revolução e o PSTU acredita que são os operários que podem fazer isso", afirmou Cleber.

Os peões, atentos, ouviam um discurso diferente de tudo o que sempre ouviam. Ao final, dois operários declamaram poemas exaltando a luta e a revolução, emocionando todos os presentes.

Três operários se filiaram na hora. Outros quinze se inscreveram num curso do PSTU, a fim de conhecerem melhor o partido.

LUTA CONTRA AS OPRESSÕES MARCA ATIVIDADES DA CONLUTAS

Uma série de atividades da Conlutas no Fórum Social Mundial debateu a luta contra as opressões. Ao contrário do discurso despolitizado ou governista de uma série de entidades, a Conlutas sempre aliou a necessidade do combate às opressões com a questão de classe.

Nesse marco, no dia 31 de janeiro ocorreram as reuniões dos Grupos de Trabalho (GT) da Conlutas dedicados ao tema. Os GT's de GLBT, Negros e Negras e de Mulheres atraíram centenas de ativistas. Um ponto comum nas reuniões foi a discussão sobre a crise econômica e seu impacto, dado que os setores mais atingidos dos trabalhadores são justamente os setores oprimidos.

Após a reunião do GT de Mulheres, o Movimento Mulheres em Luta, da Conlutas, realizou um panelaço pelas ruas da Universidade Federal do Pará, chamando a atenção dos participantes do FSM e da imprensa, entoando palavras de ordem como: *"Mulheres na luta contra a opressão, abaixo o desemprego e a exploração"* e *"Liberdade ao nosso corpo, liberação do aborto"*.

REPRESSÃO A GREVE MATA DOIS TRABALHADORES NA VENEZUELA

POLICIAIS INVADEM OCUPAÇÃO e matam metalúrgicos no estado de Anzoátegui, governado pelo chavismo. Leia abaixo trechos da declaração da Unidade Socialista dos Trabalhadores (UST), seção da LIT-QI. A íntegra do texto está no Portal do PSTU

UNIDADE SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (UST), da Venezuela

O dia 29 de janeiro de 2009 entrará para a história do movimento operário venezuelano como um dia de luto. A morte de José Marcano, da Mitsubishi, e de Pedro Suárez, da autopeças Macusa, abre um grave precedente para as lutas dos trabalhadores no país.

Neste dia, na zona industrial da cidade de Barcelona, a polícia do estado de Anzoátegui usou de uma violência brutal para desalojar os trabalhadores da Mitsubishi e da Macusa, que ocupavam a empresa. A polícia avançou com fuzis, lançando bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e atirando.

Os dois trabalhadores foram mortos e outro foi selvagemente golpeado por policiais, que o teriam confundido com um diretor do sindicato.

José Marcano e Pedro Suárez dedicaram sua vida a defender os interesses de sua classe contra a burguesia. Como Richard Gallardo, Luís Hernández e Carlos Requena, assassinados em novembro de 2008, durante uma greve no estado de Aragua, cujo governador também é do PSUV.

O GOVERNO DO ESTADO DEVE SER RESPONSABILIZADO

O presidente da Comissão de Energia e Minas da Assembléia Nacional, Angel Rodríguez, responsabilizou os juízes que se pronunciaram a favor dos donos da multinacional MMC, ignorando as razões legais e trabalhistas que respaldavam o protesto.

Mas, além da Justiça, a polícia do estado de Anzoátegui deve ser responsabilizada. E ela está subordinada ao governador do Estado de Anzoátegui, Tarek William Saab, do PSUV. Tarek poderia ter evitado a tragédia se tivesse se negado a enviar a polícia para cumprir a ordem do juiz.

Em uma tentativa de contornar a situação, o governador de Anzoátegui suspendeu o comandante e os policiais responsáveis pela repressão e deteve seis policiais envolvidos nos disparos.

Após as mortes, o governador declarou: *"Nós, no mês de abril de 2005, emitimos um decreto que proíbe o uso de armas de fogo nas manifestações. Estamos certos de que se há alguma situação de caráter violento numa manifestação, esta pode ser repelida de forma proporcional, com o uso de armas de dispersão, que consigam controlar a manifestação"*. Nesta declaração, está clara pelo menos uma coisa fundamental: que o governador está a favor de reprimir as mobilizações.

NENHUMA CONFIANÇA NOS GOVERNOS!

O presidente Hugo Chávez, numa declaração em rede nacional no dia 30 de janeiro, pediu que os juízes tratassem com cuidado os protestos dos trabalhadores. Também disse que, uma vez encontrados os culpados, eles serão presos. No entanto, questionou a oposição como provável incitadora desses fatos.

O que o governo nacional deveria fazer é culpar criminalmente os donos e gerentes da Mitsubishi como cúmplices deste duplo assassinato, impor à empresa que contrate os 135 trabalhadores da empresa terceirizada Induservi e sancioná-la duramente por descumprir as obrigações com a previdência social e garantir a estabilidade no emprego.

Após o assassinato de trabalhadores, não se pode negociar com senhores como os donos da Mitsubishi, mas obrigá-los a aceitar as reivindicações dos operários, de forma incondicional.

WWW.PSTU.ORG.BR
Em 2007, Chávez aconselhou o governador a "apagar chama"

GREVE COMEÇOU APÓS 135 DEMISSÕES

DA REDAÇÃO

A ocupação da planta da Mitsubishi Motors (MMC) é mais um reflexo da crise econômica na Venezuela e no setor automotivo. A MMC produz veículos Mitsubishi e Hyundai. Em novembro de 2008, a empresa foi uma das primeiras a demitir por conta da crise, anunciando o corte de 1.100 funcionários no Japão.

As demissões se estenderam pelo mundo e chegaram até a Venezuela, ignorando o fato de o país viver o "socialismo", como apregoa Chávez. No dia 22 de janeiro, 135 trabalhadores da Induservi, uma das empresas terceirizadas, foram demitidos, mesmo tendo estabilidade.

Como a Mitsubishi não reconhece a relação trabalhista com os terceirizados, recusou-se a negociar com o sindicato. Tampouco as autoridades do Trabalho no estado de Anzoátegui ofereceram soluções para este e outros problemas.

Diante desse cenário, os trabalhadores, em uma assembléia massiva, decidiram ocupar a planta da empresa até que os trabalhadores terceirizados fossem readmitidos.

Onda de assassinatos no país

O massacre na Mitsubishi é mais um episódio de uma crescente violência contra os trabalhadores. Em novembro de 2008, três sindicalistas da União Nacional dos Trabalhadores (UNT) foram assassinados. Richard Gallardo, Luis Hernandez e Carlos Requena foram atacados à bala por matadores que lhes abordaram quando saíram de uma reunião. As suspeitas em relação ao crime envolvem os donos da fábrica de laticínios Alpina, uma vez que os sindicalistas participavam de uma greve realizada pelos seus trabalhadores, assim como o prefeito eleito da cidade de Zamora (do PSUV, partido de Chávez). Após dois meses e mesmo diante de uma forte campanha internacional, a Justiça de Chávez apresentou como suspeito um ativista do movimento, numa óbvia farsa jurídica para proteger os verdadeiros assassinos, que podem incluir burgueses e membros do aparato do PSUV.

Um dos trabalhadores mortos na ocupação da Mitsubishi

Agora os assassinatos de ativistas foram feitos diretamente pela polícia enviada por um governador de estado do PSUV. O governo Chávez protegeu os assassinos dos três sindicalistas e agora pode fazer o mesmo com as duas novas mortes.

Uma recordação histórica é necessária: o peronismo, movimento nacionalista burguês da Argentina ao qual Chávez se assemelha, incluía desde setores de esquerda até grupos de ultra-direita, que depois degeneraram na Triple A. Ao não investigar os assassinatos de ativistas sindicais, o governo Chávez pode estar abrigando no aparato do PSUV máfias semelhantes às do peronismo.

NOVA CONSTITUIÇÃO DA BOLÍVIA FOI PACTUADA COM A DIREITA

COMISSÃO DE PARLAMENTARES do partido de Evo Morales e da oposição burguesa alterou mais de 150 artigos, provocando retrocesso no texto da Assembléia Constituinte, reconhecendo o latifúndio e respeitando os contratos com multinacionais

NERICILDA ROCHA, *de La Paz*

Ao completar três anos de governo, Evo Morales e o MAS (Movimento ao Socialismo) conseguiram aprovar uma nova Constituição para a Bolívia. O referendo constitucional de 25 de janeiro contou com uma participação recorde de 90% da população, superando os 83% no referendo revogatório de agosto de 2008. Isso se explica pelas expectativas das massas camponesas, indígenas e trabalhadoras de que suas vidas poderiam mudar com uma nova Constituição.

A aprovação da Constituição, com o voto no "sim", obteve 61% dos votos, mas a oposição burguesa da região chamada de Meia Lua foi mais uma vez majoritária em seus estados e chegou a crescer eleitoralmente.

Parlamento boliviano após o resultado do referendum

Embaladas pelas promessas, durante os três anos do governo Morales as massas lutaram contra os obstáculos que a direita impunha à formação da Assembléia Constituinte. Como o levante da ultra-direita da Meia Lua, em setembro de 2008. Nessas lutas tombaram vários camponeses, como as vítimas do massacre no estado de Pando. Mesmo assim, em outubro, camponeses, indígenas e trabalhadores urbanos se levantaram nacionalmente, marchando até Santa Cruz – principal foco das ações reacionárias – cercando a cidade durante alguns dias. Mais uma vez, o presidente e o MAS pediram calma às massas. A saída apresentada por Morales para frear o processo revolucionário foi a formação de uma grande mesa de diálogo nacional com os "golpistas" com o objetivo de refazer a proposta de Constituição que havia sido aprovada pela Constituinte.

A TRAIÇÃO DE MORALES

A Constituição que foi referendada é filha legítima dessa mesa de diálogo. Em seu texto, foram incorporadas as principais exigências da burguesia da Meia Lua sobre a autonomia, ou seja, maior controle dos estados sobre os recursos naturais destas regiões.

Os atores desse grande acordo foram o governo e a escória dos partidos tradicionais. Uma comissão secreta reuniu parlamentares do MAS e do PODEMOS, do UM e do MNR, partidos burgueses. A comissão alterou mais de 150 artigos, dos 411 que haviam sido aprovados pela Assembléia. O retrocesso foi gigantesco.

Sobre a questão fundiária, o texto valida os principais interesses econômicos da burguesia, contra os camponeses pobres. O artigo 315 legaliza a grande propriedade da terra e prevê que poderão existir grandes empresas agrícolas, com cada sócio tendo direito a 5 mil hectares! É uma legalização do latifúndio, já que a consulta sobre a extensão máxima de 5 mil ou 10 mil hectares não tem validade para as terras compradas antes de 25 de janeiro. Os familiares de Branco Marincovich, figurão do latifúndio no país, poderão dormir tranqüilos, pois suas fazendas de soja estão protegidas.

Sobre os recursos naturais, há uma armadilha no texto. Enquanto Morales fala que a nova Constituição garante os recursos naturais sob o controle do povo boliviano, a verdade é que o artigo 351 diz: *"O Estado assumirá o controle e a direção sobre a exploração, industrialização, transporte e comercialização dos recursos naturais estratégicos através de entidades públicas, cooperativas ou comunitárias, que poderão, por sua vez, contratar empresas privadas e constituir empresas mistas"*. Além disso, o artigo transitório de número 7 propõe que *"as concessões sobre recursos naturais deverão adequar-se aos direitos já adquiridos"*, isto é, respeita os contratos assinados com as grandes multinacionais.

A água é reconhecida como um direito fundamental para a vida e a soberania do povo, no artigo 373. Contudo, para ganhar o apoio das cooperativas de Santa Cruz, foi permitido o gerenciamento da água por cooperativas e empresas mistas.

A descentralização dos serviços públicos, uma orientação do Banco Mundial, está perfeitamente contemplada na nova Constituição pactuada: *"Os gerenciamentos da educação e da saúde passam a ser concorrências compartilhadas entre o Estado central e os departamentos"* (artigo 299). Ou seja, já não será função principal do Estado cuidar e pagar por estes serviços.

> **A Constituição é filha legítima da mesa de diálogo. Em seu texto, foram incorporadas as principais exigências da Meia Lua**

Mas e os aspectos democráticos, de reconhecimento dos direitos indígenas, não dariam um caráter progressivo à Constituição? É verdade que esta é a primeira Constituição do país que reconhece os direitos indígenas, mas essa não é a essência do texto. Os direitos democráticos e a luta contra a opressão devem caminhar junto com mudanças estruturais na economia.

O artigo 394 no texto original dizia: *"O Estado reconhece, protege e garante a propriedade comunitária ou coletiva, que compreende o território indígena originário camponês, as comunidades interculturais originárias e das comunidades camponesas"*. Mas o acordo modificou esse artigo, que ficou assim: *"Garantem-se os direitos legalmente adquiridos por proprietários particulares cujos prédios encontrem-se localizados no interior dos TCO"*.

Essa Constituição segue sendo burguesa, mantém o capitalismo semi-colonial e os interesses das multinacionais.

Diante da crise econômica que golpeia os trabalhadores, a Constituição não proíbe as demissões e ainda protege a propriedade privada dos ricos. A Constituição não garante nem a estabilidade trabalhista. No artigo 49, inciso III, diz: *"proíbe-se a demissão injustificada"*, mas não há nenhum castigo às empresas que demitirem. Enquanto um setor das bases e a FSTMB (Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia) pedem ao governo a nacionalização sem indenização das empresas que demitirem, a Constituição vai no sentido oposto: defende a propriedade privada dos empresários.

Por outro lado, a oligarquia da Meia Lua defendeu o "não" para manter sua base de apoio social e eleitoral vislumbrando as eleições de dezembro de 2009. Mas, como não tinha como dizer que a Constituição colocava em risco a propriedade privada ou que não incorporava a autonomia departamental, a direita adotou uma campanha preconceituosa cujos lemas foram: *"Essa Constituição defende o aborto e o casamento homossexual, defenda teus direitos, vote não"*, ou *"Querem tirar Deus de Bolívia, vote Não"*. Já a campanha do governo se encarregava de explicar que era uma Constituição que garantia os *"interesses de todos"*.

O VOTO PELO NÃO

A Luta Socialista, seção boliviana da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI), distribuiu uma declaração que dizia: *"frente a uma Constituição pactuada com a direita e a oligarquia, vote Não, em defesa da Agenda de Outubro"*. A Agenda de Outubro é o conjunto de reivindicações definidos durante a guerra do gás, em 2003. Entre elas estavam a nacionalização dos hidrocarbonetos e a industrialização do gás e do país.

O grupo defendeu o voto de classe no "não" para derrotar o projeto de uma Constituição burguesa, resultado do acordo entre o governo e a direita, completamente diferente do "não" proposto por setores da direita. A partir de uma posição operária e revolucionária, não fazemos nenhuma unidade com a burguesia.

Seria um erro não alertar os trabalhadores sobre o real conteúdo dessa Constituição, pactuada com a direita. Era preciso denunciar o objetivo do governo de sepultar o processo revolucionário no país.

"A LUTA EM DEFESA DO EMPREGO FORTALECE A NOSSA CHAPA"

OS PATRÕES E O GOVERNO jogam seus prejuízos pela crise econômica nas costas dos trabalhadores, reduzindo direitos e salários, com a ajuda da CUT e da Força Sindical. Mas o movimento sindical combativo está dando outra resposta à crise: enfrenta as demissões e não aceita redução de direitos. É neste cenário que irão ocorrer as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, nos dias 11 e 12 de março.

O Opinião entrevistou Vivaldo Moreira, trabalhador da General Motors (GM) e candidato à presidência pela Chapa 1, da Conlutas, e Hebert Claros, jovem metalúrgico da Embraer, candidato a vice-presidente. Os dois falam sobre a campanha, a presença dos jovens operários e a importância do apoio a essa disputa contra as chapas da CUT e da Força Sindical.

Vivaldo Moreira

Hebert Claros

POR JEFERSON CHOMA, direto de São José dos Campos (SP)

Opinião - Qual é a importância de manter uma direção de lutas no sindicato nestes tempos de crise?
Vivaldo - É muito importante devido à situação que estamos vivendo. O que vemos das outras centrais, como CUT e Força Sindical, é a parceria direta com os patrões que prejudica o conjunto dos trabalhadores, como essa proposta de redução de salários e suspensão de contratos. A direção de um sindicato precisa ter firmeza, senão os trabalhadores ficam vendidos. Os patrões têm se organizado para fazer estes ataques e os trabalhadores precisam de uma direção que defenda seus direitos. Nosso sindicato tem uma tradição de luta reconhecida em todo o país e internacionalmente. Não podemos colocar em risco essa história. Nossa chapa tem representatividade e já provou seu compromisso com os trabalhadores. Uma vitória da Chapa 1 vai fortalecer a luta contra os patrões.

Como a Chapa 1 está reagindo às férias coletivas e às demissões?
Vivaldo - Vivemos um processo no país inteiro de demissões e propostas de rebaixar direitos e salários. Estamos em duas campanhas, uma em defesa do emprego e contra a flexibilização, e outra para manter uma direção combativa no sindicato. Estamos vendo estas duas campanhas caminharem juntas. A luta em defesa do emprego fortalece a nossa chapa. Os trabalhadores têm visto que nossa posição política é a melhor. Estamos realizando assembléias nas portas das fábricas, onde vemos um amplo respaldo a nossas propostas.

Aqui ao lado, em Taubaté, o sindicato ligado à CUT aceitou a redução de salários. O que vocês pensam disso?
Vivaldo - É uma irresponsabilidade. É enganar os trabalhadores. Reduzir salários e direitos não garante emprego. A experiência mostra que onde isso ocorreu, os empregos não foram mantidos. Em Taubaté os trabalhadores da GM ficaram sujeitos ao banco de horas por muitos anos. Mas a nossa luta que impediu o banco de horas aqui na GM, também se refletiu em Taubaté e os trabalhadores de lá também rejeitaram a proposta.
Hoje, se aproveitando de um momento de crise, o sindicato e os patrões retomaram o banco de horas cantando vitória. Reduziram os direitos e disseram que não haveria demissões. Mas 400 foram demitidos em Taubaté. Eles fizeram acordo em um dia e no outro os trabalhadores estavam chorando no meio da fábrica.
A Chapa 1 sabe que esse não é o caminho. O caminho é o da resistência e da organização para defender o emprego. Por isso, fizemos um grande ato aqui em São José no dia 24 de janeiro e nesta quinta, dia 12, em São Paulo, na Fiesp.

> Estamos em duas campanhas, uma em defesa do emprego e contra a flexibilização, e outra para manter uma direção combativa no sindicato. Estamos vendo estas duas campanhas caminharem juntas.
> **Vivaldo Moreira**

> Reduzir o salário de um trabalhador, que já é pouco, é um crime.
> **Hebert Claros**

Hebert - É o cúmulo do absurdo, um crime contra os trabalhadores. A jornada de trabalho hoje é extenuante e cansativa. Claro que o trabalhador merece trabalhar menos. O problema é a contrapartida dos patrões: a redução de salário. Reduzir o salário de um trabalhador, que já é pouco, é um crime. Saiu na imprensa que 35% das pessoas de São José que têm empréstimo estão inadimplentes. Isso comprova que os salários já não são suficientes. E ainda querem diminuir. A redução só vai engordar o bolso dos patrões. Os operários vão continuar produzindo, os empresários continuarão vendendo, mas vão pagar menos.

Qual é a importância de jovens metalúrgicos na Chapa 1?
Hebert - A juventude aumentou muito sua presença nas fábricas e é parte de um setor explorado da classe trabalhadora. Segundo a ONU, mais da metade dos desempregados no mundo são jovens. Os empresários aproveitam essa situação para explorar mais. A falta de experiência, por exemplo, é a alegação das empresas para pagar um salário mais baixo. Isso sem falar nos estágios, onde não há contrato, nos sistemas de aprendizes e no projeto Primeiro Emprego do governo Lula, que rebaixam os direitos. Os sindicatos, infelizmente, não conseguiram arrastar a juventude para lutar com os demais operários.
Na maioria das fábricas em São José dos Campos ou no próprio ABC vemos que muitos jovens estão sendo jogados nas linhas de produção. No ABC, a Scania demitiu 500 jovens que eram estagiários, mas na prática eram temporários sem direitos. Temos que explicar para eles a importância do sindicato e o papel dos jovens na entidade.

Como está a campanha dentro da Embraer?
Hebert - Para alguns, a campanha está sendo uma boa novidade porque nos últimos três anos dentro da Embraer quem atuou pela categoria foi o Sindicato Aeroespacial, construído e forjado pela CUT, com a direção da empresa. Na época eles retiraram na Justiça a representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos. Mas no ano passado, reconquistamos a representatividade, em uma grande vitória. Agora, com a eleição e a renovação que estamos fazendo com a entrada de companheiros jovens, a chapa está sendo muito bem aceita. A Embraer possui muitos trabalhadores jovens. A campanha do sindicato é uma novidade para eles.

A Embraer demitiu 704 trabalhadores em 2008. Há previsões de novas demissões?
Hebert - Essas demissões foram a conta-gotas. Pelas nossas contas, foram até maiores. De janeiro de 2008 até o mês passado ocorreram mil demissões. É um número muito grande e que só começa a ser divulgado pela imprensa devido à ação do sindicato.
A crise provocou a queda na produção dos aviões e todo mundo sente que vai ter mais demissões. Em 2008 a Embraer entregou 204 aeronaves, mas já no começo do ano assistimos a demissões em várias fornecedoras da empresa, além de demissões na Boeing e na Air Bus – líderes mundiais no setor.

> Os trabalhadores dizem pra gente que, se tivéssemos aceitado a proposta da empresa, hoje teríamos o banco de horas e mais as demissões.

> Precisamos intensificar nossa campanha. Estamos enfrentando aqui duas centrais fortes. Não sabemos que tipos de métodos eles vão usar nesta campanha. Por isso é preciso muitos companheiros aqui para nos ajudar.
> **Vivaldo Moreira**

> A Embraer possui muitos trabalhadores jovens. A campanha do sindicato é uma novidade para eles.
> **Hebert Claros**

Como está a campanha na GM?
Vivaldo - Nossa resistência contra o banco de horas no ano passado mostrou aos trabalhadores da GM a disposição de luta da chapa. Eles dizem pra gente que, se tivéssemos aceitado a proposta da empresa, hoje teríamos o banco de horas e mais as demissões. Isso é um importante reconhecimento da combatividade da direção do sindicato.
Mas temos quase um mês até as eleições e muito pode acontecer. Precisamos intensificar a campanha. Estamos enfrentando duas centrais fortes. Não sabemos que tipos de métodos eles vão usar na campanha.
Precisamos vencer as eleições e bem. Este sindicato tem muita importância, como referência de luta e na reorganização dos trabalhadores. Foi um dos primeiros a iniciar a construção da Conlutas. Precisamos de muitos companheiros aqui para nos ajudar. Quanto mais gente melhor. Temos 600 empresas e sozinhos não conseguiremos percorrer essas fábricas a tempo.